



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

### PARECER TÉCNICO

**Referência:** Análise do plano de trabalho

**Entidade beneficiária:** Casa do Itanhanduense Sarah Guedes Costa

**CNPJ:** 01.484.857/0001-97

**Exercício:** 2025 – Execução 2026

#### I – DA APRESENTAÇÃO

Refere-se a parecer técnico emitido com fundamento no artigo 2, incisos X e XI c. c. artigo 35, inciso V, alíneas "a" a "h" da Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014 e Decreto Municipal nº 2.629/2017, para fins de análise e emissão de parecer técnico acerca do plano de trabalho da Organização da Sociedade Civil, denominada, Casa do Itanhanduense Sarah Guedes Costa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.484.857/0001-97, representada legalmente por João Luiz Bustamante, com sede na Rodovia dos Bandeirantes, nº 800, Ponte Alta, Itanhandu/MG, Cep 37.464-000.

#### II – DA JUSTIFICATIVA

Considerando o plano de trabalho apresentado pela entidade Casa do Itanhanduense Sarah Guedes Costa;

Considerando a necessidade do Município de Itanhandu em suprir atividades no âmbito da assistência social;

Considerando a impossibilidade, por ora, de tais atividades serem satisfatoriamente executadas pelo poder público local;

Considerando que em determinados casos, quando houver interesse público e recíproco entre o poder público e organizações da sociedade civil, podem ser formalizados instrumentos de parceria entre ambos para a consecução do objeto - definidas pelo artigo 2º da Lei nº 13.019/2014.

Considerando que o Município, no âmbito de suas competências e em conformidade com o que preconiza a Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994), o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) e as normas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – em especial a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009) –, reconhece a necessidade imperativa de garantir o serviço de acolhimento institucional para pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, abandono, ou cujos vínculos familiares e comunitários estejam rompidos ou fragilizados ( serviço classificado como Proteção Social Especial de Alta Complexidade)







## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

Considerando que a Casa do Itanhanduense Sarah Guedes Costa, é a única instituição em nosso município que oferece, de forma regular e com a capacidade técnica e operacional exigida pelas normativas vigentes, o serviço em Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI).

Considerando que, nestes casos a Lei nº 13.019/2014 preceitua que, a administração pública poderá dispensar o Chamamento Público no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política;

Perante o exposto, justificamos as razões pelas quais entendemos a relevância da formalização de instrumento de parceria perante a entidade Casa do Itanhanduense Sarah Guedes Costa.

### III – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Segundo os artigos 16 e 17, da Lei Federal nº 13.019/2014, fica autorizado à administração pública formalizar entre as entidades consideradas organizações da sociedade civil, termo de colaboração ou de fomento, distinguindo-se ambos pela iniciativa acerca do projeto de trabalho.

Neste sentido, tendo em vista que no município de Itanhandu não possui entidade que é capaz de cumprir com o objeto proposto no plano de trabalho apresentado, deve-se recorrer ao comando constante do artigo 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, que estabelece:

I - o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

Vale ressaltar que não há falta de interesse do poder público na presente parceria, há o cumprimento das finalidades ínsitas à política pública de assistência social, mas há incapacidade momentânea do poder público em cumprir satisfatoriamente com toda demanda inerente nesta área.

### IV) DA ANÁLISE DO PLANO DE TRABALHO





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

O art. 35, V, dispõe que deve ser emitido o parecer do órgão técnico, devendo o mesmo se pronunciar expressamente sobre alguns quesitos dos quais passamos a explicar, especialmente sobre:

- a) **Mérito da proposta, em conformidade com a modalidade da parceria adotada:** a proposta apresentada pela entidade apresenta todos os elementos pertinentes ao Termo de Colaboração e demonstra de forma clara e objetiva a execução de trabalho, podendo, ser considerada aprovada.
- b) **Da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei:** a proposta analisada atende ao princípio da supremacia do interesse público, e está contida nas diretrizes das atividades de interesse social que deverão ser atendidas pelo poder público municipal ou por entidades membros da sociedade civil organizada.
- c) **Da viabilidade de sua execução:** o Plano de Trabalho apresentado demonstra viabilidade de execução.
- d) **Da verificação do cronograma de desembolso:** O desembolso de recursos será realizado em parcela única no mês de setembro.
- e) **Da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos:** a parceria será fiscalizada pela Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação e serão avaliados o desenvolvimento das atividades descritas no Plano de Trabalho.
- f) – Revogado;
- g) **Da designação do gestor da parceria:** designado com o fim único e exclusivo de Gestor das parcerias firmadas com as Organizações da Sociedade Civil, por meio do Decreto Municipal nº 7.569, de 26 de maio de 2025, tendo como fundamento legal o artigo 2º, inciso VI; artigo 61 e artigo 35, alínea g, da Lei Federal nº 13019/2014 c.c artigo 36 do Decreto Municipal nº 2.629/2017.
- h) **Da designação da Comissão de Seleção e Comissão de monitoramento e avaliação da parceria:** designa com fim único e exclusivo de comporem a Comissão de Seleção e Comissão de Monitoramento e Avaliação, por meio do Decreto Municipal nº 6.592, de 10 de agosto de 2023 e nº 7.840, de 03 de novembro de 2025 respectivamente, tendo como fundamento legal o artigo 27, § 1º, artigo 58 e 59 da Lei Federal nº 13.019/2014 e artigo 27 e 37 do Decreto Municipal nº 2.629, de 06 de março de 2017.

### V) DOS DOCUMENTOS

Com base na legislação aplicável ao instrumento, Art. 34 da Lei nº13.019/2014, a organização da sociedade civil abaixo identificada (anexo I), apresentou os documentos necessários para celebrar a parceria conforme checklist (anexo II).





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

### VI) CONCLUSÃO

Diante do exposto, e após as devidas análises, concluímos que a execução da proposta é viável e os valores estimados estão compatíveis com a realidade; o cronograma previsto na proposta é oportuno e permite uma fiscalização factual. Sendo assim, posteriormente todo trâmite necessário prescrito em lei, somos de parecer técnico favorável a formalização da parceria entre o Município de Itanhandu e a Casa do Itanhanduense Sarah Guedes Costa, consoante às disposições expressas em lei.

Itanhandu, 17 de dezembro de 2025.

Ricardo Souza Moreira dos Santos

Psicólogo

Matrícula: 09519

Márcia Maria Lemes Simões

Chefe da Divisão de Administração de Desenvolvimento Social

Matrícula: 09721



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

### Anexo II

CHECKLIST DE DOCUMENTOS PARA FORMALIZAR PARCERIA		
01	Cartão de CNPJ	✓
02	Alvará Licença de Funcionamento	✓
03	Certidão Débito Tributários - Fazenda Estadual	✓
04	Certidão Débito Tributários - Municipal	✓
05	Certidão Débito Tributários - Federal	✓
06	Certidão de Débitos Trabalhistas	✓
07	Certidão de Regularidade FGTS	✓
08	Estatuto	✓
09	Regimento Interno	✓
10	Comprovante de Endereço	✓
11	Certificação ou Lei - Utilidade Pública	✓
12	Certificado de Registro fins filantrópicos ou Reg. no Conselho Municipal (não obrigatório)	✓
13	Declaração de conhecimento tácito das condições chamamento público (se necessário)	-
14	Ata de Posse dos Dirigentes	✓
15	Atestado de Funcionamento	✓
16	Declaração de capacidade administrativa, técnica e gerencial	✓
17	Certidão contendo Dirigentes e Conselheiros	✓
18	Declaração e Relação dos Dirigentes da Entidade	✓
19	Declaração conta corrente específica	✓
20	Declaração objeto representa vantagem econômica para administração municipal	✓
21	Declaração de atendimento a Lei Federal nº 12.527/2011 e publicidade	✓
22	Declaração não impedimento de celebrar parceria	✓
23	Declaração não haverá contratação de servidor ou empregado público	✓
24	Declaração de ciência da utilização dos recursos, cumprimento das metas e prestação de contas	✓







## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

### Anexo I

FICHA CADASTRAL		
<b>I – IDENTIFICAÇÃO</b>		<b>EXERCÍCIO</b>
01 – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: Casa do Itanhanduense Sarah Guedes Costa		02 – CNPJ: 01.484.857/0001-97
03 – ENDEREÇO: Rodovia dos Bandeirantes, nº 800, Itanhandu/MG,		
04 – CEP: 37464-000	05 – BAIRRO: Ponte Alta	06 – CELULAR (35) 33612310
07 – SITE:		08 – EMAIL: lardosidosositanhandu@yahoo.com.br
<b>II – IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL</b>		
01 – NOME: João Luiz Bustamante		02 – CPF: 150.710.576-20
03 – RG 8.069.644-2		04 – DATA DA POSSE: 23/08/2025
05 – ENDEREÇO RESIDENCIAL: Estrada do Jardim, s/nº, Jardim, Itanhandu/MG		
06 – BAIRRO: Mirante da Serra	07 – FONE RESIDENCIAL:	08 – CELULAR: (35) 9 9153 7668